



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

# COVILHÃ

ACTA N.º 03/2010

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 16 DE JULHO DE 2010  
INICIADA ÀS 14 HORAS E 35 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 20 HORAS E 35 MINUTOS.

---

<b>SUMÁRIO:</b>	<b>FL.</b>
- ABERTURA.....	<b>02</b>
- ANTES DA ORDEM DO DIA .....	<b>05</b>
- ORDEM DO DIA.....	<b>13</b>
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	<b>23</b>
- ENCERRAMENTO.....	<b>23</b>

**ACTA N.º 03/ 2010**

**ABERTURA**

Aos dezasseis dias do mês de Julho de dois mil e dez, nas instalações da Assembleia Municipal sitas na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Ex.mo Senhor **Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira** com a seguinte

**ORDEM DE TRABALHOS**

**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** - Fixação do Valor da Taxa da Derrama para o ano 2010;
- 2.3** - Fixação do Valor da Taxa do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2011;
- 2.4** - Alteração ao Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros - Transporte em Táxi do Município da Covilhã;
- 2.5** - Discussão da Localização do Novo Mercado Municipal da Covilhã;
- 2.6** - Plano de Urbanização da Grande Covilhã - Relatório de Ponderação de Resultados da Discussão Pública;
- 2.7** - Revisão do Plano de Pormenor dos Penedos Altos - Relatório de Ponderação de Resultados da Discussão Pública;
- 2.8** - Delimitação Administrativa das Freguesias - Rectificação dos Limites.

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente Senhores Victor Manuel Garcia Rebordão e Prof. Doutor António João dos Reis Rodrigues. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira, Dr. Luís Miguel Fonseca do Nascimento, Dr. Artur dos Santos Aleixo, Dr. Carlos Manuel Casteleiro Alves, Dra. Maria do Rosário Figueiredo Gomes de Brito, Prof. Joaquim António Matias, Dra. Glória Maria da Conceição Fernandes Louro Ramos, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Eng.º Victor Manuel Abrantes Marques, Romeu Miguel Serra Afonso, José Manuel dos Santos Santarém, João Manuel Pinto, Paulo Jorge Fonseca Quelhas, Eng.º Francisco António de Matos Soares, Carla Celestina Afonso Almeida Martinho Marques, Dr. Marco António Barreiros Gabriel, Dra. Sara Cristina de Andrade Rodrigues dos Santos, Maria Alice Paulino da Fonseca Garcia, Dra. Dina Maria Pinto Proença Machado, Dr. David José Carriço Raposo da Silva, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dra. Maria Filomena Palma Cordeiro Pires Figueiredo Gomes, Dra. Neli de Ascensão Pereira, Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro, Isilda da Silva Barata, Dra. Joana Filipa Real Sardinha, Dra. Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Francisco Manuel Rodrigues Moreira, Eng.º Rui Salgueiro Ramos Moreira, Dra. Merícia Maria Andrade dos Passos, Dr. Jorge Humberto Alves Saraiva, Dr. Manuel Augusto Lousa Nicolau e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, João Luís Martins Gomes (Aldeia de Souto), Jerónimo Carvalho Barata (Barco), Prof. José Joaquim Pinto de Almeida (Boidobra) José Manuel Escodenga Nunes (Canhoso), José Martins Carrola (Cantar – Galo), António Geraldes Ramos (Casegas), Carlos do Carmo Martins (Conceição), Paulo Jorge Alves Rodrigues (Cortes do Meio), Carlos Francisco (Coutada), José Duarte Minhoto (Dominguiso), Enf. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), José Rito Agostinho (Ourondo), Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano (Paul), José do Nascimento Curto Costa (Peraboa), Fernando José Gonçalves Casteleira (Peso), António Manuel Garcia Rebordão (Santa Maria), Fausto Herculano Branco Baptista (S. Jorge da Beira), Victor Manuel Garcia Rebordão (São Pedro), José Rafael Lourenço Ferreira (Sarzedo), Dr. Jorge Manuel Cruz Ramos Silva (Sobral de S. Miguel), Carlos Alberto Matos Mendes (Teixoso), Prof. Doutor António João dos Reis Rodrigues (Unhais da Serra), Arménio Marques Matias (Vale Formoso), João Casteleira Ferreira (Vales do Rio), Armindo Fonseca Geraldes Rosa (Verdelhos) e Nelson Manuel Pereira Franco (Vila do Carvalho). -----

Não compareceram os Excelentíssimos **Senhores: José Luís Antunes Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Enf. António Mendes Paulo (Erada), Dr. Victor Manuel Tomás Ferreira (São Martinho) e Prof. Doutor Mário Lino Barata Raposo (Tortosendo).** -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente sessão.** -----

**PRESENÇAS DA CÂMARA**

--- Estiveram presentes: o Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores: Prof. João Manuel Proença Esgalhado, Dr. Victor Manuel Pinheiro Pereira, Dr. Luís Manuel Fino Gil Barreiros, Rui Paulo da Silva Rosa, Dr. Pedro Miguel Abreu da Silva, Dr. Pedro Miguel dos Santos Farromba e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, antes de dar início aos Trabalhos, informou que por solicitação da Câmara Municipal, o ponto **2.8 - Delimitação Administrativa das Freguesias - Rectificação dos Limites** será retirado da Ordem de Trabalhos, ficando:

**ORDEM DE TRABALHOS**

**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** - Fixação do Valor da Taxa da Derrama para o ano 2010;
- 2.3** - Fixação do Valor da Taxa do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2011;
- 2.4** - Alteração ao Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros - Transporte em Táxi do Município da Covilhã;
- 2.5** - Discussão da Localização do Novo Mercado Municipal da Covilhã;
- 2.6** - Plano de Urbanização da Grande Covilhã - Relatório de Ponderação de Resultados da Discussão Pública;
- 2.7** - Revisão do Plano de Pormenor dos Penedos Altos - Relatório de Ponderação de Resultados da Discussão Pública.

**EXPEDIENTE**

- Ofício n.º 1221 do Gabinete da Presidência da Região Autónoma da Madeira a agradecer a solidariedade manifestada e a acusar a recepção do cheque;
- Ofício n.º 948 da Secretaria Regional do Plano e Finanças - Região Autónoma da Madeira a remeter a guia comprovativa do donativo ao Fundo de Apoio à Reconstrução;
- E-mail, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista, a remeter cópia da pergunta que dirigiu à Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças sobre a Aplicação da Regra “saem dois entra um” nas Autarquias Locais;
- E-mail da ANMP - Associação Nacional dos Municípios Portugueses a remeter a Resolução do Conselho Geral referente à “Proposta de Lei n.º 26/XI. Programa de Estabilidade e Crescimento”;
- Ofício n. 3971 do Chefe de Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro a acusar a recepção da Moção “Criação do Hospital Central da Covilhã”;
- Ofício n. 3972 do Chefe de Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro a acusar a recepção da Moção “Manutenção das Maternidades Existentes no Distrito”;
- Ofício GAB/61/2010 do Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata a acusar a recepção das Moções;
- Ofício GP/01010/2010/N - Círculo do Grupo Parlamentar do CDS-PP a acusar a recepção das Moções;
- Ofício/FAX n.º 34770-2523CC/10 do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português a acusar a recepção da Moção “Criação do Hospital Central da Covilhã”;
- Ofício n.º 03923 da Casa Civil do Presidente da República a acusar a recepção da Moção;
- E-mail, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista, a remeter cópia da pergunta que dirigiu à Presidência do Conselho de Ministros sobre a “Falta de Pagamento às Autarquias em relação aos Transportes Escolares”;
- Ofício n.º 146 da Junta de Freguesia de Vales do Rio a remeter o “Manifesto da Assembleia de Freguesia e dos Pais e Encarregados de Educação das Crianças que frequentam a Escola do 1.º Ciclo da Freguesia de Vales do Rio”;
- Ofício da Assembleia Intermunicipal Médio Tejo a remeter uma Moção onde manifestam a rejeição à introdução de Portagens na A23.

**APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.º 02-A/2009 20 DE NOVEMBRO DE 2009, N.º 03-A/2009 18 DE DEZEMBRO DE 2009, N.º 01/2010 DE 12 DE MARÇO DE 2010 E N.º 02/2010 14 DE MAIO DE 2010**

--- Submetidas as actas, previamente enviadas por fotocópias a todos os Membros convocados, à apreciação, foi interveniente o Senhor Dr. Miguel Nascimento que propôs fosse anexado o documento referente à intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, no ponto 2.5 da Acta n.º 03-A/2009. -----

- Colocadas as Actas à votação, foram as mesmas **aprovadas por maioria com 55 votos a favor e 1 abstenção (Senhor Romeu Afonso** porque não esteve presente em qualquer das Sessões). -----

### **INTERVENÇÕES**

--- O Senhor Dr. Miguel Nascimento disse: “Eu apenas queria um esclarecimento sobre as razões do adiamento destas duas datas, para a realização desta Reunião, e o porquê de uma agenda que se foi alterando de uma Sessão para a outra? Com particular destaque para o ponto que diz respeito ao Mercado Municipal, que numa Sessão apresenta Discussão e Votação e agora, nesta versão final, só discussão? Era só este esclarecimento que eu queria!” -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou: “Como sabe, os pontos quando são enviados pela Câmara, são precisamente esses e não estão sujeitos a qualquer alteração. Se a Câmara envia algum ponto para votação, será votado. Se a Câmara envia algum para discussão, será discutido. Nisso, não temos qualquer rectificação a fazer.”

Quanto à alteração das datas para a realização da presente Sessão o Senhor Presidente informou que motivos imprevisíveis não lhe permitiam que estivesse presente e que o Senhor Presidente da Câmara também estava impedido, pelo que achou por bem alterar a data. Na semana que estava para ser realizada teve conhecimento que ia à Câmara o Plano de Urbanização da Grande Covilhã, que a Lei obriga a oito dias de discussão pública. Assim, e como cada Sessão custa cerca de cinco mil euros, achou que era de boa gestão, da Assembleia Municipal, adia-la para a semana seguinte e introduzir o ponto, em vez de convocar uma Sessão Extraordinária.

“E, foi esse critério que me levou a fazer a Assembleia hoje e não no dia anterior.” -----

--- O Senhor Prof. Doutor António João Rodrigues deu conhecimento das actividades desenvolvidas pela ACES e das suas preocupações, nomeadamente, quanto à falta de Médicos de Família (**doc. 01**).

Apresentou, de seguida, uma Moção (**doc.02**) que **foi aprovada por unanimidade**. -----

Foram feitas Declarações de Voto pelos Senhores Deputados:

- Dr. Carlos Casteleiro: “Nós, evidentemente que, votamos a favor de tudo aquilo que seja trazer mais profissionais de Saúde para a nossa Região.

Agora, o problema mais grave, que nós verificamos aqui e, que sabemos que está a acontecer, a breve trecho, vai ser no Concelho do Fundão, em particular.

O que é que isto quer dizer?

Quer dizer que, mais uma vez, independentemente do grande *apport* de doentes, por um lado felizmente, que a Covilhã tem de toda a nossa Região. Este *apport* vai-se verificar, mais uma vez, no Centro Hospitalar da Cova da Beira. Porque as pessoas não vão ter, de facto, direito à sua consulta.

Portanto, tudo aquilo que seja feito no sentido positivo de alertarmos as Entidades Públicas para esta realidade (que é como diz ali, o Senhor Enfermeiro António João, e com toda a razão, isto é verdade, *ipsis verbis*, não há qualquer tipo de demagogia), é evidente que nós votamos a favor! E, somos a favor de tudo aquilo que possa ser a favor da nossa Região.

Queria dar os parabéns, ao Senhor Enfermeiro António João, por ter apresentado isto numa perspectiva Regional e não, até, numa perspectiva única e exclusivamente do nosso Concelho.” -----

- Dr. Carlos Abreu: “Já agora aproveitava para dizer, reforçando as palavras do Senhor Deputado Carlos Casteleiro: há aqui Concelhos que vão ter 40% de perdas, que é o caso de Belmonte e do Fundão.

Em Belmonte 40% são dois Médicos; no Fundão 40% são nove Médicos! Percentualmente acaba por ser o mesmo, só que o peso é muito mais significativo. Porque, vão ficar muitos mais Utentes sem Médico de Família!” -----

--- O Senhor Prof. Doutor António João Rodrigues (Unhais da Serra) referiu-se à Inauguração da Praia Fluvial e agradeceu o esforço dispendido pela Câmara Municipal da Covilhã (**doc.03**). -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva sugeriu que futuramente, se possível, as intervenções dos Representantes das Comissões sejam incluídas na Ordem de Trabalhos. -----

--- A Senhora D. Isilda Barata fez uma Declaração Política (**doc. 04**). -----

--- A Senhora Dra. Neli Pereira referiu-se ao corte nas transferências do Estado para os Municípios (**doc. 05**) e apresentou uma Moção “Portagens na A23” (**doc.6**), designada por “**A**”. -----

--- O Senhor Francisco Moreira apresentou uma Moção “Portagens na A23” (**doc.7**), designada por “**B**”. -----

--- A Senhora Dra. Mónica Ramôa apresentou uma Moção “Portagens na A23” (**doc.8**), designada por “**C**”. -----

--- O Senhor João Pinto disse que a sua Bancada está disposta a votar as três Moções, em conjunto, desde que se proceda ao ajustamento com a inclusão “discriminação positiva para as Empresas, de toda a Zona Interior, e para os Privados”. -----

--- O Senhor Dr. Carlos Casteleiro disse que as três Moções são completamente diferentes. Mas que, caso os Proponentes se entendam e apresentem uma só Proposta, a Bancada do PS poderá vir a aprová-la.

Terminou dizendo: “É importante que fique bem claro que o Primeiro-Ministro de Portugal é a favor da discriminação positiva dos habitantes desta Região.

Mais, e, isto é bom que fique bem claro, o Governo só apresentou para portajar três SCUT’S, no Norte. Não tem nada a ver com A23, com A25, com A24 e não tem nada a ver com a do Infantado. Isto é bom que fique bem claro!

E, agora percebo perfeitamente porque é que, de facto, Passos Coelho não ganhou na Covilhã. É que, de facto, o PSD é muito claro e diz: portajar as sete SCUT'S!  
Não é o Governo, é o PSD pela boca de Passos Coelho!  
Portanto, não vamos inverter aqui as situações, vamos ser muito claros. O Governo, através de José Sócrates, Primeiro-Ministro, propôs três e não propôs sete!" -----

--- O Senhor Prof. Joaquim Matias: "Confesso que estou um pouco estupefacto com a intervenção do Senhor Dr. Carlos Casteleiro. Porque, numa altura em que devemos ser, de alguma forma, sensatos, no sentido de ajudar a resolver os problemas do País, que o Partido Socialista, ao longo destes anos de governação, criou.  
Não está a faze-lo! O que para mim, confesso, Senhor Doutor é lamentável!  
Todos nós sabemos, e isto não pode ser escamoteado, que toda esta situação foi criada, na Governação do Partido Socialista, ao longo destes anos.  
Como é que é possível vir-se agora acusar o Dr. Pedro Passos Coelho e dizer que na Covilhã não ganhou?! Misturarmos os alhos com os bugalhos?!  
Nós, defendemos o princípio do utilizador pagador. Se o Governo, do Partido Socialista, quiser fazer uma auto-estrada da Covilhã para Coimbra, a pagar, eu sou o primeiro a aplaudir que a façam. Nós precisamos dela!  
Agora, não podemos confundir e não podemos dizer aqui, como o Senhor Deputado o fez, que o Governo não queria criar portagens, na auto-estrada que passa na nossa Região, e que fomos nós, o PSD, que obrigámos o Sócrates a fazer isto.  
Não fomos nós, Senhor Deputado!  
Agora, a Moção, apresentámo-la com o espírito de que somos a favor do utilizador/pagador, com a discriminação positiva. Isto é, nós pretendemos que o eixo de Torres Novas até Guarda seja isento de qualquer pagamento, como o defendemos, e que desde Vilar Formoso até a A1 sejamos também dispensados de pagar qualquer portagem, os residentes e as Pequenas e Médias Empresas.  
Porque, uma pequena Empresa que tenha 14 ou 15 viaturas ao serviço paga, ao fim do mês, cerca de 3 mil euros". -----

--- O Senhor Dr. Carlos Casteleiro: "Sem querer entrar em diálogo, já que falou aqui no meu nome, o Senhor Deputado Matias, há aqui uma questão que eu acho que tem que ficar bem clara. Digam lá o que é que vocês defendem? São a favor das portagens ou não são a favor das portagens?" -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva: "Em relação à questão das três Moções apresentadas: há, de facto, diferenças entre duas delas e, como já foi referido, a Moção apresentada pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda, apontam no mesmo sentido. Portanto, o não pagamento de portagens, a não-aceitação das portagens! E, a Moção apresentada pelo PSD admite as portagens, com a tal discriminação positiva. Eu penso que, as Moções não se integram e, a votá-las, tem que ser em separado, porque há, de facto, aqui posições muito diferentes e, o PCP defende que a auto-estrada deverá continuar sem portagens e não devemos estar aqui a escamotear responsabilidades, quer do PS, quer do PSD, na situação financeira do País. Porque, quem criou a crise não foi a População! Quem criou as dívidas e o défice não foi a População! Mas foram aqueles que, face às dificuldades do sistema financeiro e bancário, meteram lá os milhões e os biliões de euros! Portanto, há aqui situações diferentes! Quem criou as dificuldades que as pague!" -----

--- O Senhor Dr. Miguel Nascimento: “Todos nós nos recordamos, porque desde sempre reclamámos a ligação da Covilhã a Lisboa, para nós, para as nossas famílias, para as nossas Empresas, para nosso desenvolvimento. Todos nós recordamos, e muito bem frisado por um Deputado Municipal da Bancada do PSD, que foi o Governo do Partido Socialista que introduziu as SCUT’S e bem. Eu tenho orgulho nisso e de ter sido um Governo do Partido Socialista que, ao introduzir as SCUT’S, fez com que este sistema colocasse a A23 a chegar à Covilhã e à Guarda mais rapidamente do que chegaria em função dos magros orçamentos que, em determinados Governos, estavam afectos em PIDDAC para a construção da auto-estrada.

Eu fico muito satisfeito com isso! É evidente que estamos em dificuldades! Há que assumi-lo, que estamos em dificuldades! O Senhor Primeiro-Ministro, que é da Covilhã, submeteu-se à votação dos Portugueses com um Programa Eleitoral e o Programa Eleitoral dizia claramente, como já aqui foi referido pelo Dr. Carlos Casteleiro, colocar as SCUT’S a serem portajadas em três auto-estradas scutizadas. Não tinha nada, no Programa Eleitoral, que levasse ao pagamento de portagens na A23 ou na A25!

As circunstâncias do Mundo, o Mundo mudou nos tais quinze dias, mudou tudo, e nós percebemos que há também responsabilidade da parte do PSD. Há essa responsabilidade da parte do PSD! Os Governos do PSD construíram troços da actual A23, com toda a certeza. Isto é um processo Governativo! É evidente que, o Governo do Partido Socialista, ao introduzir as SCUT’S acelerou esse processo e, bem! E ao acelerar esse processo colocou esta auto-estrada em SCUT em cima da antiga EN 18, as pessoas não têm alternativa! Todos nós sabemos as dificuldades que são para as Empresas. Nós temos que ter, no Interior, discriminação positiva!

O PS e o PSD estão a tentar negociar para se entenderem em relação a matérias que são difíceis, claramente difíceis!

Agora, a verdade é que, o Programa Eleitoral do Partido Socialista e deste Primeiro-Ministro tinha a intenção de portajar três auto-estradas, não está lá a A23.

E a verdade também é que a actual liderança do PSD diz: portajar todas as auto-estradas! É uma posição e é isso que está a ser negociado entre o PS e o PSD!

Devemos ter algum bom senso e expurgar das Moções alguns comentários.

Eu acho que o Interior tem que ter discriminação positiva para as Empresas, porque temos que ter alguma vantagem competitiva em relação ao Litoral e uma delas tem que ser a isenção, obviamente, das Empresas e de quem aqui trabalha!

Portanto, apelava ao PSD para, se pudesse, expurgar alguns comentários que foram aqui trazidos”. -----

--- O Senhor Francisco Moreira: “Os três documentos apresentados são diferentes. O PSD assume e defende o princípio do utilizador/pagador. Mas, relativamente a esta questão concreta, da A23, não nos restam dúvidas que a discriminação positiva, nos termos em que é colocada na nossa Moção, é o caminho.

Por outro lado, consideramos indispensável que perto da Fronteira, sujeitos a transportes internacionais de grande porte, que danificam as vias de comunicação, isto deve ter um custo”. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou que, após entendimento dos Eleitos do PCP e do BE, na junção das respectivas Moções, a designação passa a ser “**A**”, mantendo-se a designação “**B**” para a Moção apresentada pelo PSD. -----

--- Colocada a Moção “**A**” à votação foi a mesma **rejeitada com 41 votos contra (PSD), 5 votos a favor (PCP e BE) e 13 abstenções (PS e CDS)**. -----

--- Colocada a Moção “**B**” à votação foi a mesma **aprovada por maioria com 41 votos a favor (PSD), 5 votos contra (PCP e BE) e 13 abstenções (PS e CDS)**. -----

Foram feitas Declarações de Voto:

- Senhor João Pinto: “ Eu queria referir-me à votação do Partido Socialista, criou o caos e agora faz a caramunha. Estamos, aqui, numa situação criada pelo Partido Socialista, fez auto-estradas sem se preocupar, minimamente, com o pagamento e, agora chega a esta indefinição que não é carne nem peixe. É esta forma de fazer política e definir posições que, de facto, nos levou ao estado de sítio em que estamos!” -----

- Senhor Dr. Miguel Nascimento: “Dizer apenas, em nome da Bancada do Partido Socialista, a nossa posição é reforçada com esta declaração de voto da Bancada do PSD. Nós, propusemos à Bancada do PSD que expurgasse a Moção, que tinha algum equilíbrio, de alguns considerandos menos abonatórios em relação aquilo que o Governo fez e está a fazer para o desenvolvimento do País e em particular do Interior. Esses considerandos não foram expurgados. Daí o nosso sentido muito claro de abstenção em relação aquela Moção.” -----

- Senhor Prof. Reis Silva: “É evidente que nós discordamos do princípio utilizador/pagador, que foi aqui referido. Porque pressupõe que beneficia sempre quem mais tem. Porque, mais vezes podem utilizar! Quanto há introdução das SCUT’S, na nossa opinião, foi um grande erro, um grave erro, do Partido Socialista, quando constituiu estas parcerias público/privadas onde: o público paga e o privado é que ganha!” -----

- Senhora D. Isilda Barata: “Eu abster-me nestas Moções porque isto é uma coisa séria. Eu sempre fui a favor das portagens! E se, depois, terá que haver um estudo sobre as Empresas e os Utentes que utilizam todos os dias para irem para o trabalho, isto também deve ser feito. É verdade! Mas, sempre ouvi dizer que o que é de graça fica caro! Está tudo em rotura financeira! Haja seriedade, nestas coisas, e vamos todos, de facto, sem demagogia, analisar bem tudo e sem precipitações ver como é que, realmente, se rege este País. Porque há muitos que podem pagar e nós estamos a ser prejudicados por isso!” -----

--- A Senhora Dra. Merícia Passos referiu-se à Educação e aos Mega Agrupamentos (**doc. 9**). -----

--- O Senhor Dr. Carlos Casteleiro fez uma Declaração Política (**doc.10**). -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva referiu-se à necessidade de intervenção na Estrada Peraboa - Ferro e apresentou um abaixo-assinado de um conjunto de Cidadãos que quiseram participar e alertar a Câmara para a situação. -----

--- O Senhor João Casteleira Ferreira (Vales do Rio), apresentou uma Moção “pelo não Encerramento de Escolas no Concelho da Covilhã” (**doc.11**). -----

--- A Senhora Dra. Joana Sardinha fez uma Declaração Política (**doc.12**). -----

--- A Senhora Dra. Glória Ramos fez uma Declaração Política (**doc.13**). -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva disse: “Em relação ao encerramento das Escolas, aquilo que me apraz dizer é que, não existe, que eu saiba ou conheça, qualquer estudo, ou teoria pedagógica científica, que indique que as Escolas, com dez ou vinte e um alunos, devem encerrar! Há anos, em 88, o critério eram os dez alunos! Agora, com esta resolução, passou para os vinte e um. Penso que deveria haver uma explicação, por parte do Conselho de Ministros, do que é que entretanto mudou, na teoria pedagógica existente, no Ministério da Educação, ou se a mudança não se prende, mais, com a teoria economicista, da necessidade de reduzir os Serviços Públicos existentes nas Freguesias, como aqui, há pouco, foi referido pela Senhora Deputada!? Fecham-se os CTT’S! Fecham-se as Extensões de Saúde! Fecham-se as Escolas! Um dia destes, com certeza, estão a fechar as Juntas de Freguesias! Estão, no fundamental, a fechar o Mundo Rural! Não existem razões, nem números, que justifiquem o encerramento!

Também entendo que há situações que naturalmente encerra: Terá que encerrar, o Jardim-de-Infância, quando não tem crianças; Terá que encerrar, a Escola, quando não tem ou não é previsível ter nos próximos anos! Mas, isto terá que ser, sempre, em situações, vistas caso a caso e, devidamente cuidadas, de acordo com aquilo que o Senhor Presidente da Junta referiu, cuidadas com a Autarquia; cuidadas com os Representantes do Ministério da Educação, mais próximos, e Responsáveis por essas Escolas e, também, pelos os Pais, Encarregados de Educação e Juntas de Freguesia. Não pode ser regra escolar!” -----

--- Colocada a Moção à votação foi a mesma **aprovada por maioria com 49 votos a favor (PSD, PCP, BE e CDS) e 10 abstenções (PS)**. -----

--- O Senhor Prof. Joaquim Matias propôs um Voto de Louvor ao Senhor Capitão de Infantaria David Pinheiro Martins, que cessou funções como Comandante do Destacamento Territorial da Guarda Nacional Republicana na Covilhã (**doc.14**). -----

--- Colocado o Voto de Louvor à votação foi o mesmo **aprovado por unanimidade**. -----

### **ORDEM DE TRABALHOS**

--- Submetida a Ordem de Trabalhos à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. ----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**

--- Foi presente a Informação Escrita e o Mapa de Envio Obrigatório à Direcção Geral do Orçamento que ficam a fazer parte integrante da presente acta, ficando para os efeitos legais arquivados em pasta própria. -----

--- O Senhor Dr. Miguel Nascimento perguntou: qual o ponto da situação da implementação do SIADAP, na Câmara Municipal; como está a instalação do Posto de Trânsito da Guarda Nacional Republicana no Concelho da Covilhã; dos estudos realizados sobre a implementação de eólicas, se está previsto algum processo que conduza a mais valias para o Concelho; se os processos de empreitadas, projectos em curso e em fase de lançamento foram ou não candidatados ao QREN; se, numa próxima Informação sobre a Actividade Municipal, as Ordens de Pagamento, Guias de Receita e, as Facturas recebidas e conferidas, podem ser referenciadas; qual a taxa de cumprimento de execução dos Protocolos celebrados com as Juntas de Freguesia; quantas Empresas foram captadas e, os respectivos postos de trabalhos e, para além disso, qual a real taxa de ocupação da Zona Industrial do Tortosendo. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva referiu que várias questões colocadas, pelo Senhor Dr. Miguel Nascimento, são comuns, quer reforçar o pedido de informação. De seguida perguntou: quando é que a Câmara pensa pagar, às crianças do 1.º Ciclo, o material escolar do ano lectivo 2009/2010; para quando o reinício das obras da Estrada Ferro - Peraboa; para quando a limpeza das valetas, dos arbustos e giestas, que estão a invadir a via, nas Estradas Municipais: Ferro - Peraboa para o Aeródromo; Tortosendo - Covilhã e Paul ao alto do Telhado. -----

--- A Senhora Dra. Neli Pereira colocou questões sobre a Ponte do Corge e Estrada do Ferro - Peraboa (**doc. 15**). -----

--- A Senhora D. Isilda Barata perguntou, mais uma vez, se há novidades sobre a Barragem das Cortes, uma vez que não obtêm qualquer resposta, quer da parte da Câmara Municipal, quer da parte do Governo. Perguntou, também, se já há entendimento entre as Empresas Transportadoras, sobre a entrada e saída de passageiros, e em que fase se encontram os abrigos. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que:

- Dia 31 vai ser Inaugurada a Praia fluvial em Unhais da Serra;

- Quanto ao encerramento de Escolas - fomos muito firmes na rejeição, sem embargo de nos mostrarmos abertos a preparar o ano 2011/ 2012, a tempo e horas e com total abertura de espírito.

- O Governo decidiu cortar 100 milhões de euros às Câmaras Municipais, à Câmara da Covilhã, o corte efectivo, totaliza cerca de 2 milhões e 200 mil euros.

Nesta circunstância de cortes, de cerca de 2 milhões e duzentos mil euros, temos procurado antecipar e estabilizar as coisas, para continuarmos a cumprir com os Empreiteiros, com os Fornecedores da Câmara e com as Juntas de Freguesia com quem assinámos Protocolos. Obviamente, nalgum sítio, tem que se reduzir despesa, temos que cortar em tudo aquilo que está ao alcance da decisão dos responsáveis do Município.

Alteraram os regulamentos comunitários, é o caos! Vejo o Governo dizer que, evidentemente, quer agora facilitar o QREN, porquê? Porque estamos no quarto ano (2007, 2008, 2009, 2010), 6% na Região Centro! 90 Milhões candidatados pelos 11 Municípios da COMURBEIRAS, zero euros pagos. 4 Milhões de euros em dívida à Câmara da Covilhã, desde 2008, mandaram um cheque de 750 mil euros, a semana passada. Portanto, é nisto que nós vivemos neste momento. Ao lado, naturalmente, de uma quebra brutal de receitas municipais, do lado do urbanismo, e de tudo aquilo que constitui a inerência à actividade económica no nosso Concelho. Mas tranquilidade absoluta. E queria dizer, a esta Assembleia, que nós temos as coisas preparadas para responder neste contexto financeiro.

Temos as coisas organizadas, planeadas! Assim estivesse o País! Assim estivesse o País como está organizada a Câmara Municipal da Covilhã!

- Quanto à vinda da Selecção - ainda não informámos, a Assembleia, sobre o que custou, porque ainda há verbas que estão para ser recebidas.

- Uma empresa, na área da electrónica, que foi instalada no edifício onde se encontra o urbanismo, tem neste momento 54 postos de trabalho activos (54 pessoas a quem paga os ordenados a tempo e horas e ordenados muito acima da média Nacional) solicitou-nos o edifício todo, porque em Agosto vai criar mais 25 empregos e até final do ano vai ter 130 empregos e estima até Fevereiro/Março 170 pessoas. Isto são boas notícias, neste quadro em que nós vivemos, são mais 170 pessoas que vão ali trabalhar, no centro da Covilhã. Obrigou-nos a apressar a mudança do urbanismo para o antigo Banco Ultramarino, ao lado da Igreja da Misericórdia, vão fazer-se as obras. Vamos instalar o urbanismo em condições mais adequadas, modernas, todo o urbanismo e aquele edifício vai ser todo para aquela empresa.

Vamos ter, talvez, coincidindo com as Comemorações dos 140 anos da Cidade, uma grande notícia para a Cidade que, a concretizar-se, estará para a Cidade, para o futuro, como um dos momentos mais importantes de desenvolvimento económico. Vamos ver se as negociações em curso, onde estamos com muitas Câmaras, têm alguma hipótese de vir. Mas, estamos a fazer o melhor possível e estamos a ser profissionais porque, a corrida não admite amadorismos. Portanto em ternos de investimento, estamos a fazer isto.

A burocracia do Governo, neste momento, é responsável por não termos mais 1000 empregos na Covilhã - exemplo a não aprovação da construção da Barragem, que é um verdadeiro escândalo Nacional, estamos dependentes de um Despacho do Secretário. A zona de Jogo da Serra da Estrela depende de uma decisão do Governo e, portanto, são matérias que não influenciam o PEQ, que criam emprego. Queria aqui deixar, não como um protesto, não como uma crítica, mas como um dado, sobre a nossa situação e sobre aquelas coisas que fazem parte da organização da resposta à crise que é, sem dúvida, Local e Regional e, que tem a sua componente de benefício Nacional. E, portanto quanto ao investimento, estamos a fazer com resultados e, estamos a assinalar o que podíamos fazer com mais resultados se, efectivamente, outras Instâncias não nos bloqueassem as decisões.

- Teatro Cine - vamos fazer a escritura de compra em Setembro e abrir o concurso de ideias para o projecto. É claro que há dinheiro no POVT para esta obra, mas o Governo criou o POVT para decisões políticas. Vejam bem, a irracionalidade da resposta - falta de maturidade do projecto! O que é que isto quer dizer? É ele já estar adjudicado! Imaginem, no actual contexto, a Câmara da Covilhã adjudica uma obra de 7 milhões sem ter um euro garantido! Ou seja, o Ministério quer que a Câmara tenha o projecto adjudicado o que significa, que se compromete, que contratualiza uma obrigação, com o empreiteiro, de sete ou oito milhões de euros, sem ter um euro garantido. E, como o projecto não está nesta fase, já maturado, a candidatura é arquivada. É destas coisas todas que se está a fazer a nossa crise!

Os Senhores vão analisar a fase final do Plano de Urbanização da Covilhã, que chega ao fim passados 8 anos, vão lá encontrar um chumbo à zona de expansão do Parque Industrial do Tortosendo, 50 hectares, que naturalmente são a zona natural, passo a redundância, de expansão do Parque Industrial do Tortosendo. A coisa é de tal maneira que me telefonou a Senhora Secretária de Estado do Ordenamento do Território, porque há ilhas, há ilhas de consciência em todo o lado: Oh Senhor Presidente, estou aqui muito pesarosa porque sei que, os Senhores, não têm área de expansão industrial na Covilhã mas, reuniu-se a Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional que disse que está lá uns impedimentos, umas coisas, uns sobreiros, não sei quantos e eu tenho vontade de fazer voltar isto tudo atrás mas, são mais um ano, ano e meio. Propunha-lhe o seguinte *modus faciende*, vamos aí, temos o Plano de Pormenor para aquela zona já em curso, e garanto-lhe que, ate ao final do ano, lhe retiro da reserva ecológica, esse terreno, para os Senhores expandirem o Parque Industrial do Tortosendo.

De maneira que, Senhor Deputado Miguel Nascimento, como é que está o Parque Industrial do Tortosendo? 75%, ocupado! Tem dois lotes para vender: um de 10000m e outro de 2000 mas, se o Senhor, porventura amanhã, trouxesse um empreendedor à Câmara da Covilhã que precisasse de um terreno de 40 000 m, o Senhor, ia ouvir que não há terrenos de 40 000m para uma empresa, porquê? Porque há uns Senhores que se reuniram e a impotência da Senhora Secretária de Estado não conseguiu ultrapassar isso, nesta fase. Pelo que, os Senhores, vão aprovar um Plano de Urbanização sem zona de expansão industrial. Esta é que é a realidade! A capacidade *aedificandi* do Município da Covilhã, neste momento, é para um terreno de 10 000m e para um terreno de 2 000m. Se aplicar um índice de 030, em cada um deles, para construir: 3000m<sup>2</sup> de área: para construir 600m<sup>2</sup> de área. Ponto final! Portanto, quanto a outras questões de investimento, este é o quadro geral da situação.

- SIADAP está implementado há três anos;

- Posto de Trânsito da GNR foi diferido, pelo Governo para Janeiro de 2011, por causa da formação de pessoal, que dizem que não têm.

- Estudos Eólicos terminam em Outubro, a leitura dos postes de teste. Mas, já lhes posso adiantar que andarà à volta do 150MW, que constitui um potencial muito importante, que nós temos para aproveitar benefícios, para o Concelho.

- Quanto à execução, consideramos obras executadas quando, os Senhores Presidentes de Junta, dão nota à Câmara para serem vistoriadas e nós liquidarmos. Neste momento não lhe posso dizer qual é o grau de execução mas, certamente, que os Senhores Presidentes de Junta têm falta é de recursos, porque aqueles que obtêm, através de protocolos, executam-nos rapidamente;

- Estrada Peraboa - Ferro teve, o ano passado, algumas obras lançadas no âmbito da candidatura prevista à COMURBEIRAS, só que depois definiram que para a COMURBEIRAS e para a contratualização tudo, menos estradas.

É uma estrada com ciclo via, desde a Ponte Pedrinha até Peraboa. Não tendo possibilidades de lançar a empreitada, porque ela esteve lançada e foi anulada porque havia falta de segurança no seu financiamento, estamos a fazer o alargamento, de terraplanagem e de consolidação, de algumas incidências do traçado, de acordo com o projecto. Aquilo que muitos observaram, e continuam a observar, de melhoramentos na via, tem como objectivos garantir que vai estar pronta neste Mandato.

- Material Escolar - não temos feito essa liquidação. Ouve uma opção da Câmara, quanto a um conjunto de situações a que não éramos obrigados: as refeições, as actividades de enriquecimento curricular e fomos por aí. O meu desejo era que, nos Jardins-de-Infância e 1.º Ciclo, houvesse gratuidade absoluta, mas esse é o meu desejo, a realidade impõe-me que olhe para os custos dessa situação. Não faz parte das intenções da Câmara, no próximo ano, implementar esta situação, sem embargo de se, porventura, as coisas se alterarem fá-lo-emos. Mas, neste momento, não está nas projecções da Câmara proceder ao pagamento deste material escolar. Que, como sabe, não é vinculativo, deixa à consideração, é discricionário, de acordo com a nossa leitura, sem embargo de ser algo que não está arredado. -----

--- O Senhor Dr. Carlos Casteleiro: “Nós, bancada do Partido Socialista, estamos com a Câmara na redução das despesas, que precisamos de efectuar, nalguns sectores. Conta connosco. Porque, nós percebemos e, para nós é importante que a Câmara tenha uma solidificação económica financeira, no momento de grande crise que atravessa este País e o Mundo inteiro. E, é preciso nunca dissociar o País do Mundo, porque nós vivemos nele.

É fundamental a criação de empregos e congratulamo-nos com os números que apresentou”. -----

## **2.2 - FIXAÇÃO DO VALOR DA TAXA DA DERRAMA PARA O ANO 2010**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 04 de Junho de 2010, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea f), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 03307 de 2010.06.07 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Fixação do Valor da Taxa da Derrama para o ano 2010**, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----

**2.3 - FIXAÇÃO DO VALOR DA TAXA DO IMI - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO 2011**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 04 de Junho de 2010, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea f), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 03306 de 2010.06.07 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: Dra. Glória Ramos (**doc.16**); Dr. Marco Gabriel apresentou uma Proposta de Alteração (**doc.17**) e Dra. Neli Pereira (**doc.18**). -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Fixação do Valor da Taxa do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano 2011**, foi a mesma **aprovada por maioria com 51 votos a favor (PSD, PS e CDS) e 5 votos contra (CDU e BE)**. -----

Foi feita Declaração de Voto pela Deputada Municipal, Senhora Dra. Glória Ramos (**doc. 19**). -----

**2.4 - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO TRANSPORTE PÚBLICO DE ALUGUER EM VEÍCULOS LIGEIROS DE PASSAGEIROS - TRANSPORTE EM TÁXI DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de Maio de 2010, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 03305 de 2010.06.07 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores:

- Dr. Carlos Casteleiro que propôs a anulação de dois lugares, porque o Centro de Solidariedade Social já transporta os doentes;

- Fausto Baptista (S. Jorge da Beira) os lugares devem ser mantidos, o transporte feito pelo Centro de Solidariedade Social é só para os utentes;

- Prof. Joaquim Matias é preferível manter os quatro lugares e utilizar dois, ficando dois cativos, do que utilizar carros particulares e pagando como se fossem táxis, como já foi feito em tempos;

- Dr. Miguel Nascimento recordou que já existiu uma terceira vaga e a pessoa que a detinha desistiu.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que este pequeno reajuste é, meramente, de organização e respeito pela Lei do próprio Regulamento. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Alteração ao Regulamento do Transporte Público de Aluguer em Veículos Ligeiros de Passageiros - Transporte em Táxi do Município da Covilhã**, foi a mesma **aprovada por maioria com 49 votos a favor (PSD, PS, CDU, BE e CDS) e 07 votos contra (PS)**. -----

## **2.5 - DISCUSSÃO DA LOCALIZAÇÃO DO NOVO MERCADO MUNICIPAL DA COVILHÃ**

--- Por proposta da Câmara Municipal foi submetido o assunto à discussão, sendo intervenientes:

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou: Reunimos com os Comerciantes do Mercado Municipal a quem apresentámos a opção da Câmara. Situarmos o novo Mercado no Campos das Festas, como em todas as discussões, houve quem saudasse, a decisão da Câmara, e quem manifestasse que não estava de acordo. Nós inclinámo-nos para esta hipótese mas, gostaríamos que a própria Assembleia Municipal decidisse.

O agendamento, deste ponto, não é para que se tomem decisões, nem votações, é para anunciar estes passos: o calendário que estabelecemos é o de lançarmos um concurso, para as propostas de construção e conhecermos o custo dessas propostas e depois trazermos à Assembleia Municipal, já com o modelo de financiamento.

Estamos a procurar fazer andar este projecto ao mesmo tempo com o da reinstalação dos Bombeiros, na Antiga Central Eléctrica. Conservando aquele edifício, dando-lhe uma afectação de Instituição Pública, como são os Bombeiros, construindo um espaço de acolhimento, mais grandioso, para as viaturas, que hoje não têm resposta em termos de espaço de estacionamento no actual Quartel. Portanto, tratarmos este conjunto como um todo, inerente ao próprio Mercado, sem embargo de que o Mercado será um espaço novo. Por conseguinte, estes dois projectos vão a andar, provavelmente, de par.

O que tenho para dizer é transmitir estas novidades. Digamos que recolhemos, também, da discussão pública, onde há vozes discordantes como é evidente. Mas, há um certo consenso estabelecido, não apenas pela necessidade do novo Mercado como também pela própria localização, que a meu ver não tem grandes alternativas.

Portanto, a Câmara, remeteria, talvez para Outubro, a vinda à Assembleia Municipal, de uma proposta fechada, quanto à arquitectura e volumetrias, que andam muito dentro daquilo que já aqui foi projectado. A solução financeira para esta obra, e também a questão do novo Quartel dos Bombeiros, para se poder alcançar neste Mandato. -----

- O Senhor Dr. Carlos Casteleiro (**doc.20**). -----

- O Senhor Dr. Marco Gabriel (**doc.21**). -----

- O Senhor João Pinto: “ouvi a intervenção do Senhor Dr. Carlos Casteleiro e conclui que, mais uma vez, o Partido Socialista quer ser uma força de bloqueio, para o desenvolvimento da Cidade. Há pessoas, utentes e vendedores, que dizem aqui é que estamos bem. Mas, há outras que dizem que, não há estacionamento, não há fácil acesso, não há condições de instalação com higiene e com funcionalidade, não há capacidade de crescimento. E, o que é que estes Senhores dizem? O edifício! É preciso proteger o edifício! Claro, mas como é que se protege o edifício? Com o Mercado! Só com o mercado é que se consegue proteger o edifício!

Então, e os duzentos e vinte trabalhadores, que lá estão, e os mais cem, não têm significado? É espantoso, trezentos trabalhadores, aqui, não têm valor. Em Castelo Branco, no Centro com a PT, é uma maravilha!

Quem empreende corre riscos, de resultados, pode não resultar. Mas, parece-nos que, este investimento pode resultar numa coisa muito importante - concorrência sã e leal! Uma vez que vai possibilitar o acesso de pequenos produtores, que agora têm dificuldade pelas condições naturais do Mercado e, também, de comerciantes, ao adequado ponto de venda. Hoje, temos a sensação de que as pessoas estão condicionadas pela oferta das grandes superfícies, especialmente, nos produtos hortícolas e frutícolas que podem ser oferecidos no Mercado. O nosso Mercado, com outras condições, pode alterar esse tipo de oferta. Resumindo nós e, penso que, a maioria dos Covilhanenses deseja esta solução. E, a melhor forma de defender o edifício do Mercado Municipal é, exactamente, com o Call Center e não com o Mercado Municipal!” -----

- O senhor Dr. Carlos Casteleiro disse que não é contra o Call Center. “Nunca jamais!” Pensam é que o Mercado deve ficar ali e o Call Center noutra espaço. -----

- O Senhor Presidente da Câmara disse: “Estamos a falar de um ponto de encontro entre quem vende, quem abastece, quem tem produtos para oferecer e os consumidores. É poético, naturalmente, nós dizermos que estes produtos podem ser vendidos, hoje, como eram vendidos há sessenta anos. É poesia da pura!

E, tantos que se dizem, que se dizem e que são, portadores do espírito Covilhanense, da história da Covilhã, querem que, em 2010, voltemos a 1947!”

De seguida o Senhor Presidente disse que a solução mais fácil seria levar o Mercado para a Zona Sul, onde existe muito espaço, mas que a sua localização no Campo das Festas dará a oportunidade de uma boa utilização àquele espaço.

Disse, também, que a Câmara tem dúvidas e o que pretende é a melhor resolução. -----

- O Senhor Dr. Miguel Nascimento disse: “Temos uma posição de princípio que é: recuperar e revitalizar instrumentos, mecanismos, património arquitectónico, que são a imagem da Cidade. Também queremos modernidade, também queremos funcionalidade, também queremos competitividade que, naturalmente, os vendedores, que estão situados no Mercado Municipal, precisam. Percebemos as dificuldades e, também, não queremos criar mais. Estamos disponíveis e com total abertura para o diálogo, sem dogmas.” -----

- O Senhor Dr. Carlos Casteleiro disse: “Reafirmamos, mais uma vez, que ninguém tem uma varinha de condão na mão para a resolução desta situação. Nós, por princípio, vamos defender o Mercado. Apoiaremos todas as outras medidas, que nos pareçam, viáveis para que o Call Center possa ter outro tipo de localização. Conhecemos-lhe e reconhecemos-lhe, Senhor Presidente (e isto é bom que a gente, também, o diga aqui, podendo ser criticado aí por algumas pessoas cujo valor é menor), a arte e o engenho para poder resolver esta situação. E, conte connosco para, de facto, o apoiarmos na localização do actual Mercado Municipal. Conte connosco e reafirmamos aquilo que o Dr. Miguel disse.” -----

- A Senhora Dra. Sara Rodrigues disse: “Enquanto utilizadora, do Mercado, quero sentir que estão criadas as condições e para que isso aconteça, acho que, é importante a nova localização. Considero que iria garantir condições de acessibilidade e frequência de um leque muito alargado de pessoas, pessoas mais jovens e pessoas com mais idade. Porque, actualmente, com facilidade só poderão ir as pessoas que vivem ali mais perto. O edifício, do actual Mercado, se tiver uma utilização diferenciada, não vai morrer, pelo contrário, se calhar, é fazer com que ele viva, viva aquele edifício, viva e perpetue memórias. Portanto, dar vida aos edifícios, dar-lhes outra funcionalidade não é negar a sua importância e a sua existência e, penso que isso é bastante importante”. -----

- O Senhor Prof. José Pinto (Boidobra) disse: “O Mercado do Funchal é um edifício rudimentar, deve ter décadas de existência, não tem a estrutura deste, em termos de altura, mas consegue-se vender o peixe sem riscos de ruína, porque é um edifício antigo; consegue-se dinamizar o espaço interior, onde actuam grupos folclóricos e bandas; vende-se desde o peixe, à carne, às flores, vende-se isso tudo e não foi necessário deslocalizar o edifício para outro local”. -----

- A Senhora Dra. Mercia Passos disse: “O Município vai salvaguardar o edifício do Mercado, e é isso é que interessa, a traça exterior e adaptando o interior. Tomara podermos fazer isso em muitas das Fábricas que fazem parte da nossa história. Não se pode fazer comparação, entre o Mercado da Covilhã e o Mercado do Funchal, de maneira nenhuma. Porque o Mercado do Funchal tem outras condições. O Mercado do Funchal, não está no Centro da Cidade, está a uma ponta da Cidade, quase colado à uma zona velha que não é a zona histórica recuperada”. -----

## **2.6 - PLANO DE URBANIZAÇÃO DA GRANDE COVILHÃ E RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DE RESULTADOS DA DISCUSSÃO PÚBLICA**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 02 de Julho de 2010, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 3, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5- A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 03990 de 2010.07.08 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e informou que foram entregues, à Mesa, novas Plantas Condicionantes RAN/REN (C1.1 A e C1.2 A), para substituição das (C1.1 e C1.2), na sequência das alterações resultantes da publicação da Portaria n.º 449/2010, de 14 de Julho. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes:

- O Senhor Eng. Rui Moreira disse que este Plano já conta com um longo histórico cronológico. Fica satisfeito de este longo labor estar a chegar ao seu fim e de a Câmara Municipal, o Município, passar a dispor de um instrumento legal actualizado. Terminou dizendo que por desconhecer o resultado da discussão pública se vai abster;

- A Senhora Dra. Mónica Ramôa (**doc.22**);

- O Senhor Prof. José Pinto (Boidobra) manifestou a sua insatisfação na forma como o processo foi conduzido, embora haja zonas de conflito que foram legalizadas;

- O Senhor Dr. Miguel Nascimento disse: "Assumindo, aqui, um problema dentro do próprio Partido Socialista, da questão dos CD'S com a informação. Foi identificado que foram enviados e houve alguma desorganização da nossa parte. Assumindo isso, eu gostava de colocar, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, esta questão: que era saber se seria provocar um constrangimento muito grande adiar a votação do ponto **2.6** e do ponto **2.7**";

- O Senhor Presidente da Assembleia informou que toda a documentação foi enviada dentro dos prazos legais pelo que a votação será efectuada hoje;

- O Senhor Presidente da Câmara disse que o Regime Jurídico dos Instrumentos de Planeamento Urbanístico, em Portugal, dá mais poderes aos tecnocratas das Comissões da Reserva Ecológica, da Reserva Agrícola Nacional, do que às Câmaras e Assembleias Municipais. Portanto, quando olharem para este Plano, não pensem que ele é o Plano da Câmara da Covilhã, da vontade da Câmara da Covilhã. Tal como o Plano Director Municipal que foi homologado e que foi aceite na versão que tinha porque senão não tínhamos acesso ao QCA III.

Este Plano de Urbanização é uma unidade operativa de planeamento que decorre do que está no Plano Director Municipal que já por sua vez é um mau Plano. Porque as decisões, foram tomadas no Campo Grande, na CNREN, foram tomadas em Coimbra na Reserva Agrícola Nacional. Porque eles é que mandam! Eles é que sabem o que é bom para o desenvolvimento territorial, para o planeamento do Território!

- O Senhor Dr. Carlos Casteleiro disse que pediram o adiamento da votação porque se lembra de, há 13 anos, verificar que o que estava no Plano Director era o mesmo de há 60 anos, ninguém podia construir uma casa na Atalaia.

"Quando o Senhor Presidente disse declaradamente que, independentemente de fazer aquilo que fosse, autorizava a construção na Atalaia. Nós dissemos, nós também! E votámos a favor".

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a situação se mantém. Tem lá água, electricidade e saneamento, mas não se pode construir na Atalaia. Tal como não se pode construir no Centro de Cortes do Meio, porque é Parque Natural, nem em Verdelhos, nem no Sarzedo e também não se pode fazer a expansão do Paul.

- O Senhor Eng.º Rui Moreira disse que se a Lei está errada, que se mude a Lei. Há gente responsável pelas más Leis, com que nos gerimos. E, se estas leis do território estão mal fundamentadas, estão mal orientadas, quer dizer que temos uma Assembleia que funciona mal.

Nós vivemos num Estado de direito! E como tal aquilo que está mal devemos corrigir! Se temos uma má lei, e pelos vistos temos. Porque, não temos uma boa Lei quando permite que estes instrumentos de trabalho demorem este tempo a desenvolver-se, que permite que quem não tenha, a tal, legitimidade a tenha, como se diz. Então mude-se a Lei! E não se acusem aqueles que têm responsabilidade de garantir a Lei de um qualquer obstáculo.

- A Senhora Dra. Merícia Passos disse: Sugeria, ao Senhor Deputado Municipal, que usasse da sua influência junto da Assembleia porque a Assembleia é que faz as Leis;

- O Senhor Prof. Joaquim Matias disse: o Senhor Deputado Dr. Carlos Casteleiro já referiu, aqui, uma coisa que é importante, se, eventualmente, os Eleitos, na Câmara Municipal, não tivessem aprovado um conjunto de edificações, hoje, na Freguesia do Teixoso e, nomeadamente, na Atalaia do Teixoso, estava muito mais desertificada. A Câmara Municipal fez o investimento, em todas as infra-estruturas, e depois autorizamos, todos, a construção e, de facto, a Lei não nos permitia. Mas, assumidamente, fizemo-lo! Porque entendemos que devemos fixar as pessoas nos meios pequenos, não foi só o PSD, foi o PSD, foi o Partido Socialista, connosco, porque esses processos, normalmente, eram votados por unanimidade.

A Lei é cega, para esses casos!

Não estou na Câmara Municipal mas, se lá estivesse, voltaria a votar favoravelmente os projectos de construção nessas Localidades, onde não é permitido. Porque só assim é que fixamos as pessoas. Não é não dando a possibilidade de construção, não é fechando as Escolas, não é fechando os Centros de Saúde, nem é fechando essas infra-estruturas todas que fixamos as pessoas. É de outra forma que as fixamos! -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Plano de Urbanização da Grande Covilhã e Relatório de Ponderação de Resultados da Discussão Pública***, foi a mesma ***aprovada por maioria com 33 votos a favor (PSD e CDS), 3 votos contra (CDU) e 8 abstenções (PS e BE)***. -----

## **2.7 - REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DOS PENEDOS ALTOS E RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DE RESULTADOS DA DISCUSSÃO PÚBLICA**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 02 de Julho de 2010, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 3, do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5- A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 03989 de 2010.07.08 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foi interveniente a Senhora Dra. Mónica Ramôa (**doc.23**). -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Revisão do Plano de Pormenor dos Penedos Altos E Relatório de Ponderação de Resultados da Discussão Pública**, foi a mesma **aprovada por maioria com 35 votos a favor (PSD e CDS), 3 votos contra (CDU) e 6 abstenções (PS e BE)**. -----

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

--- Não houve intervenientes. -----

### **ENCERRAMENTO DA SESSÃO**

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram vinte horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,